

**Ata da 13ª Reunião do
Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do
Paraguai**

Participantes: lista de presença (Anexo1)

Abertura e Informes

Felipe Dias - SOS PANTANAL, coordenador do grupo de acompanhamento do PRH Paraguai em exercício, abriu os trabalhos saudando a presença de todos. Felipe informa que haverá uma mudança de Pauta, pois a apresentação prevista do Licenciamento dos Empreendimentos Hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai será substituída pela apresentação PCH ESTIVADINHO, que será realizada por Roberto Juliano. Em seguida, Felipe indagou se alguém desejava realizar outro informe; Luciana - ANA, informou que conseguiu que o estudo do EVTEA da Hidrovia do Paraguai fosse revisado através de uma demanda gerada pelo GAP e que nesta revisão será levado em consideração os estudos realizados por este grupo. Começando as discussões da pauta do dia, foi passado para o primeiro item, **Apresentação - Articulação e compatibilização dos interesses internos e externos à bacia** (Anexo2). - **feita por Raquel Chinaglia.** Raquel fala que foi realizada articulação entre o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o PRH-Paraguai. Constatou que os planos estão bem alinhados, com exceção somente dois programas que não tem uma relações específicas, a saber : A Cobrança de recursos hídricos e o Programa de áreas costeiras. Também foi feita articulação com os planos estaduais de recursos hídricos, tanto de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, na relação constatou que estes planos também estão bem alinhados, mas existem algumas diferenças, sendo as principais: os Modelos institucionais para bacia (os estaduais baseados em comitês de bacias) e a efetivação das ações dos planos. Raquel informou o que houve complementação em relação aos planos estaduais, a saber: Na utilização de bio-indicadores para monitoramento dos recursos hídricos, na implementação das metas para seguranças de barragens, na realização de estudos para determinação de vazões ecológicas e na revisão da Resolução CNRH 16 que trata da análise dos requerimentos de outorga em áreas de conflitos. Outra articulação realizada foi com o plano de bacia do Miranda, única bacia afluente com plano de aprovado. Os diferenciais que se destacaram foram o instrumento da cobrança que foi aprovada como meta do plano de bacia até 2025 e a forma institucional de gestão que prever a instituição de comitês e subcomitês de bacias, que não está contemplado no PRH Paraguai. Nas demais ações, é vista uma compatibilização de ações entre os planos. Outras articulações feitas foram com os planos de bacias vizinhas, foi diagnosticado várias questões similares, como uso e ocupação do solo para agropecuária e integração entre as políticas ambientais e de recursos hídricos. Raquel comenta que na bacia Tocantins Araguaia e Norte Amazonas já constam com uma proposta de arranjo institucional diferente do comitê de bacia. Foram feitas ligações de ações do PRH Paraguai com estudos especiais como GEF Pantanal e com o Programa de ações para promover o desenvolvimento e recuperação ambiental do Taquari e também com estudo do Pacto em Defesa das cabeceiras do Pantanal. Raquel finaliza dizendo que há grande compatibilidade entre todos estes Estudos e o PRH

Paraguai. Debora Calheiros coloca que no PRH Paraguai ainda não contempla estudos sobre agrotóxicos e usos insignificantes e comenta que o conceito de vazão ecológica tem que ser definida com o conceito do professor "**Colixon**". Raquel fala que a vazão ecológica está relacionada com os monitoramentos de bio-indicadores propostos nos programas e ações e fala que existe uma meta do plano para realização de estudos com a finalidade de definir vazões ecológicas na bacia. Sobre os usos insignificantes, Raquel relembra que tem um programa para estudos de vazões coletivas onde será levado em relação não somente um usuário, mas o coletivo. **Apresentação - Proposta para delimitação de futura de áreas sujeitas a restrição de usos na bacia** (Anexo2) - **Apresentação Leonardo Mitre**. Leonardo fala em três categorias definidas para restrição de uso, a saber: restrição total de usos (R1), restrição parcial sem adequações(R2) , restrição parcial com prazo para adequação(R3). (Ver as áreas com detalhamento na apresentação em anexo). Leonardo fala em uma proposta de desenvolver um estudo para áreas de vulnerabilidade dos aquíferos para o abastecimento público, este ficaria na restrição parcial com adequações (R3). (R1) A restrição total ficaria com as áreas indígenas e com as UC's de proteção integral já consolidadas. Leonardo fala que estas áreas foram definidas com bases em critérios já utilizados pelos Estados e que estes critérios podem ser alterados no futuro, podendo mudar as atividades ou as restrições com um novo critério estabelecido. Alessandra - FIEMT indaga quais são as áreas que não ficaram com restrições de uso? Leonardo Mitre fala que os arquétipos 1 a 4 não tem restrições quantitativos. Alessandra fala que levando em conta a quantidade e qualidade, basicamente toda a bacia está sujeita a alguma restrição de uso, retirando uma pequena parte no norte e na planície. Alessandra indaga sobre as propostas de Unidades de Conservação (R1) se contemplam suas zonas de amortecimento. Leonardo Mitre fala que a proposta é definir índices de usos racionais para as áreas (R2) e (R3) e que os empreendimentos devam ser adequados a estes índices no instrumento de outorga e não no licenciamento ambiental. Felipe fala que a expressão restrição de usos é muito pesada, a restrição não quer dizer proibição e sim na racionalidade para o uso. Luciana - ANA fala que é uma proposta que pode ser melhor discutida, pois ainda é um tema novo, mas que não é um critério proibitivo e sim de uso racional baseado em um índice de sustentabilidade. Debora fala da importância de ter estes índices de racionalidade estabelecidos e que todos entendam onde e como pode ser usados os recursos hídricos para não degradar ainda mais a bacia do Paraguai. Debora fala da falta de estudos para definir critérios de desmatamento para evitar os problemas já instalados em outras bacias como a falta de água que afligem várias regiões no Brasil. Luciana - Agência Nacional fala que a ANA já pensa nas mudanças climáticas e nos desmatamentos na região e que já foram diagnosticados e já estão contemplados no plano. Debora lembra da necessidade de se colocar a savanização da Amazônia e as influências desta savanização na bacia. Luciana - ANA fala que vai estudar e definir como pode ser incorporado este item no plano. Cássio - MME Fala que a parte de restrição de uso não está no relatório entregue para esta reunião e que não poderia ser colocado como um estudo já debatido, pois o texto que baliza as decisões não foram lidos com antecedência. Luciana fala que vai ser mandado um adendo que poderá ser alterado em reuniões futuras. **Apresentação - Metodologia e**

estrutura dos programas de ações (Anexo2) - **Leonardo Mitre**. Baseado nas finalidades de longos prazos definidos pelo Gap, foram definidos os 4 componentes estratégicos, a saber; Governança para o gerenciamento de recursos hídricos, conservação dos recursos hídricos, implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e Solução de conflitos pelo uso dos Recursos hídricos. Foram definidos os horizontes temporais, (curto, médio e longo prazo), foram definidos os objetivos estratégicos e as metas a serem atendidas (ver na apresentação). Debora lembra a questão da Reserva da Biosfera do Pantanal, fala que deveria ser levado em conta o mapa da reserva para as delimitações de conservações e de restrições racionais de uso. Leonardo Mitre lembra que a reserva da Biosfera está mais relacionada à conservação e proteção do meio ambiente e menos em relação a restrição de uso da água. Debora fala em sempre ter na lembrança a reserva da biosfera e os corredores ecológicos na integração das políticas ambientais e de recursos hídricos. Marcia - Embrapa indaga se a melhoria da rede de monitoramento está enquadrada na tipologia de custo de estudos e projetos? Leonardo Mitre fala que os custos para monitoramento e enquadramento estão na tipologia de custo de serviços e obras. Marcia fala que os custos parecem injustos quando é visto 74% dos recursos estão alocados para estudo e somente 20% para serviços e obras, ou seja, prever muito estudo e poucos serviços e obras. Luciana ANA - fala que não foram colocados os custos estruturantes para não ficar um plano extenso e que não tenha ação sem governabilidade deste grupo. Victor - Ahipar indaga se está previsto a ampliação de rede de monitoramento de qualidade e quantidade para a bacia? Leonardo Mitre lembra que tem uma proposta baseada nas ações do plano, e que está proposta pode ser revista dependendo das contribuições e de futuros estudos na bacia. Debora indaga se a rede de monitoramento é estadual ou federal? E se está previsto ampliação de monitoramento pluviométrico? Quanto ao monitoramento pluviométrico é mais uma falta de integração de dados do que falta de pontos de coleta, destaca Leonardo Mitre. Debora indaga por que outro técnico da SEMA-MT não irá apresentar a palestra sobre os empreendimentos hidrelétricos? Debora fala que seria uma falta de respeito à este grupo a não apresentação deste tema no dia de hoje. Próximo item de pauta **Apresentação das Diretrizes para elaboração do Relatório PP-06 – “Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo Institucional, Recomendações para os Setores Usuários, Estratégias e Roteiro para a Implementação do Plano** (Anexo 3) - **Apresentação Raquel Chinaglia**. Raquel fala que este produto ainda não foi entregue, mas a discussão das diretrizes já é norteador para discussão na próxima reunião. Temas que serão abordados no produto: Arranjo institucional, focando as entidades previstas com suas competências e efetiva atuação. Juraci fala que não adianta planejar sem apoio aos Estados para implementação das ações. Raquel lembra que serão elencadas ações prioritárias para serem implementadas com apoio da ANA. **Apresentação - Participação Pública do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai** (Anexo 4) - **Grace ANA**. Grace apresentou relatório dos 14 eventos de mobilização e comunicação já realizadas, sendo 6 reuniões em cada Estado (3 oficinas e 3 reuniões públicas), mais duas palestras com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Grace apresentou as datas das próximas reuniões públicas nos Estados. Leonardo - Imasul perguntou se as datas das reuniões serão mantidas? Sendo que os

programas e ações não foram fechados com o GAP. Alessandra - FIEMT colocou a preocupação de realizarmos as reuniões sem ter internalizados todos estes novos conteúdos colocados nestes últimos produtos. Debora concorda com a Alessandra sobre uma nova agenda para reuniões públicas e que os ritos das reuniões deveriam ser melhorados e ter uma maior mobilização até mesmo com disponibilização de ônibus para os ribeirinhos. Debora fala que precisa de uma contextualização antes da apresentação do plano. Marcia - Embrapa concorda com a Debora sobre a apresentação da reunião, fala da necessidade de um histórico com contextualização de toda elaboração do plano. Grace fala que o procedimento das reuniões pode e deve ser melhorado e que espera das instituições do GAP um maior apoio para realização das reuniões. Ângelo fala que as contribuições são bem vindas e que o GAP é essencial nesta mobilização e que espera um feedback do grupo para aprimorar a participação dos segmentos nos Estados. Eduardo fala da realidade do setor de saneamento e das boas intenções dos planos e das entidades, mas, que as políticas públicas sem financiamento não tendem a ter uma efetividade das ações. Alessandra - FIEMT fala que não consegue analisar novos produtos em um prazo de 10 dias, sabendo da importância e da complexidade do tema, ressalta que a discussão deve ser levada aos seus pares, por isso necessita de um prazo maior. Marcia - Embrapa colocou a proposta de reunião do GAP para 29 de novembro, antecipando a reunião do GAP e postergando em uma semana as reuniões públicas no Mato Grosso do Sul em uma semana. Daniela - FAMASUL fala da importância de discutir as áreas de restrições com a população local. Luciana - ANA fala que a decisão de postergar é do grupo, sabendo que a aprovação do PRH Paraguai ficaria prejudicada. Felipe - SOS PANTANAL enfatiza que os usos restritos são definições de racionalidade de uso e não proibitivo de usos. Ficou definido que até dia 06 de outubro a Engercorps disponibilizaria as complementações do PP 06 e que no dia 25 de outubro será a data final para contribuição do grupo. Passando para a última **Apresentação da pauta - Programa Água Boa por Hélio Gilberto** (Anexo5). Gilberto começou falando da usina Itaipu, depois percorreu sobre a geração de energia e a importância da empresa para o Brasil. Gilberto decorreu do Programa Água Boa com todos os benefícios ecológicos e econômicos já consolidados e futuras ações na bacia do Paraná. Debora fala que o espírito do programa água boa tem que ser incorporados por este grupo para que a bacia do Paraguai tenha um trabalho idêntico. Claudionor parabeniza o programa e se emociona com o trabalho desenvolvido por Itaipu. Felipe agradece a apresentação e comenta que a aprovação da ATA ficará para próxima reunião devido à falta de tempo, pois já são 17:45 e muitas pessoas já foram embora. Debora reforça que achou em desrespeito por parte do Governo de Mato Grosso a falta da apresentação dos empreendimentos hidrelétricos na bacia. Debora pediu para o representante do MME fizessem esclarecimentos sobre a mudança de legislação para definição de CGH na próxima reunião. Cássio pediu para que a Debora mandasse todas as manifestações por e-mail para ele. Eduardo fala que dia 20 de outubro é pouco para apresentação de contribuição do setor da indústria. Eduardo fala que a Engercorps cumpre um contrato com ANA e que ANA tem atropelado as discussões com o grupo e reclama que até as contribuições feitas nas reuniões anteriores não estão sendo respondidas. Luciana da Agência de Águas fala que as contribuições que não foram respondidas, a Engercorps e a ANA vai verificar o motivo e

responder estas indagações e levar as contribuições da Indústria de Mato Grosso para dentro do plano.

Encaminhamentos:

1. Engercorps entrega a complementação do produto até dia 06/10
2. As contribuições do GAP ficariam até 25/10
3. A Engercorps entregaria o PP 06 no dia 01/11
4. A próxima reunião do GAP ficaria para dia 13 ou 14 de novembro em Campo Grande
5. As reuniões públicas não seriam alteradas e nem a reunião do GAP em dezembro.